

Handwritten signature and initials in blue ink.

Centro de Promoção Social do Furadouro

Anexo

10 de março de 2022

Índice

1	Identificação da Entidade	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	11
5	Ativos Fixos Tangíveis	11
6	Ativos Intangíveis	12
7	Locações	12
8	Custos de Empréstimos Obtidos	12
9	Inventários	12
10	Rédito	12
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	13
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	13
14	Imposto sobre o Rendimento	13
15	Benefícios dos empregados	13
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
17	Outras Informações	14
17.1	Investimentos Financeiros	14
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	15
17.3	Clientes e Utentes	15
17.4	Outras contas a receber	15
17.5	Diferimentos	15
17.6	Outros Ativos Financeiros	16
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	16
17.8	Fundos Patrimoniais	16
17.9	Fornecedores	17
17.10	Estado e Outros Entes Públicos	17
17.11	Outras Contas a Pagar	17
17.12	Outros Passivos Financeiros	18
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	18
17.14	Fornecimentos e serviços externos	18

17.15 Outros rendimentos.....	19
17.16 Outros gastos.....	19
17.17 Resultados Financeiros	19
17.18 Acontecimentos após data de Balanço	20

1 Identificação da Entidade

O “Centro de Promoção Social do Furadouro” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Associação”, com sede na Avenida da República, Furadouro – 3880-350 Ovar.

Tem como atividade apoio à infância e terceira idade. Desenvolve apoio aos seus utentes e suas famílias, tendo os seguintes objetivos:

- Concessão de bens e a prestação de serviços de apoio a crianças e respetiva família;
- Contribuição para a educação e formação profissional dos cidadãos;
- Apoio na integração social e comunitária e resolução de problemas habitacionais das populações.
- Assistência a idosos nas situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho.
- Concessão de bens e a prestação de serviços de apoio a idosos e respetiva família.

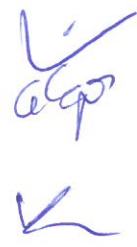
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:



3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para

justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	20
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Nada a relatar.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Nada a relatar.

3.2.6 Investimentos financeiros

Nada a relatar.

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Não aplicável.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

A instituição não tem financiamentos obtidos.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

A instituição é isenta de IRC.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) as pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do património histórico, artístico e cultural

Nada a relatar.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2021, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
∴ Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,79	0,00	0,00	0,00	0,00	498,79
Edifícios e outras construções	385.289,21	0,00	0,00	0,00	0,00	385.289,21
Equipamento básico	81.270,25	649,48	0,00	0,00	0,00	81.919,73
Equipamento de transporte	33.450,62	0,00	0,00	0,00	0,00	33.450,62
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	54.226,88	0,00	0,00	0,00	0,00	54.226,88
Outros ativos fixos tangíveis	8.278,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.278,12
Total:	563.013,87	649,48	0,00	0,00	0,00	563.663,35

Custos e Depreciações Acumuladas	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
∴ Custo						
Terrenos e recursos naturais	498,79	0,00	0,00	0,00	0,00	498,79
Edifícios e outras construções	385.289,21	0,00	0,00	0,00	0,00	385.289,21
Equipamento básico	81.919,73	0,00	0,00	0,00	0,00	81.919,73
Equipamento de transporte	33.450,62	0,00	0,00	0,00	0,00	33.450,62
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	54.226,88	0,00	0,00	0,00	0,00	54.226,88
Outros ativos fixos tangíveis	8.278,12	0,00	0,00	0,00	0,00	8.278,12
Total:	563.663,35	0,00	0,00	0,00	0,00	563.663,35

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

Nada a relatar.

7 Locações

A Entidade não detinha ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

A Instituição não tem empréstimos obtidos.

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Movimentos	2020		2021	
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências Iniciais	0,00	1.127,81	0,00	1.185,36
Compras	0,00	46.980,57	0,00	44.279,69
Auto Consumo	0,00	0,00	0,00	0,00
Regularização de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências Finais	0,00	1.185,36	0,00	742,75
Custo do Exercício	0,00	46.923,02	0,00	44.700,00

10 Rédito

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021			2020		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Investimento em subsidiárias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Prestação de Serviços	152.851,28	100,00%	22,63%	124.647,17	100,00%	-
Quotas de Utilizadores	151.090,28	98,85%	22,88%	122.958,17	98,64%	-20,30%
Quotas e Jóias	1.761,00	1,15%	4,26%	1.689,00	1,36%	34,58%

Promoções para captação de recursos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Juros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Royalties	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Dividendos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
	152.851,28	100,00%	22,63%	124.647,17	100,00%	-19,85%

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Não aplicável.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2020	2021
Subsídios do Governo		
	466.503,53	505.142,67
Apoios do Governo		
	12.407,51	2.929,50
Total	478.911,04	508.072,17

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não aplicável.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2021 e 2020, foram, respetivamente 7 e 7.

Os órgãos diretivos não usufruem de qualquer tipo de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2020 foi de 37 e em 31/12/2021 foi de 37.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021			2020		
	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior	Gastos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos gastos reconhecidos no período	Variação percentual face aos gastos reconhecidos no período anterior
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Remunerações ao Pessoal	434.597,37	81,72%	8,30%	401.282,05	78,81%	-0,31%
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Indemnizações	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Encargos sobre as Remunerações	88.330,98	16,61%	-8,12%	96.139,78	18,88%	4,87%
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.609,68	0,49%	-58,21%	6.244,38	1,23%	2,13%
Gastos de Ação Social	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Outros Gastos com o Pessoal	6.253,03	1,18%	13,63%	5.502,76	1,08%	230,91%
	531.791,06	100,00%	4,44%	509.168,97	100,00%	1,43%

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora que sejam conhecidas à data.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2021
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00	0,00
Outros investimentos financeiros	9.921,45	3.485,52
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	9.921,45	3.485,52

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Nada a relatar.

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2020 e 2021 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2020	2021
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	15.652,23	16.407,51
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	15.652,23	16.407,51

17.4 Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2020	2021
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	358,59	1.061,13
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	4.796,45	13.316,85
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	5.155,04	14.337,98

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2021
Gastos a Reconhecer		
Total	1.577,74	2.220,52
Rendimentos a Reconhecer		
Total	65.280,37	90.236,76

A conta de rendimentos a reconhecer tem registo de saldo inicial em 2011 de valor no montante de 59.486,06€, para os quais não nos foi facultado nenhum esclarecimento por ser um movimento já existente no saldo inicial de um balancete e que ninguém soube explicar a sua origem. É um movimento anterior a 2011 registo de movimento de abertura onde consta a informação de transição de POC para SNC em que a origem seria a conta 27401 do POC.

17.6 Outros Ativos Financeiros

Nada a relatar.

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2020 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020	2021
Caixa	852,59	2.610,56
Depósitos à ordem	13 961,98	67.419,35
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	14.814,57	70.029,91

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	90.909,21	0,00	0,00	90.909,21
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-23.441,83	0,00	0,00	-47.686,88

Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	38.670,86	0,00	0,00	38.411,26
Resultado líquido do período	-24.245,05	0,00	0,00	41.704,64
	81.893,19	0,00	0,00	123.338,23

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Fornecedores c/c	6.379,46	1.328,47
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	6.379,46	1.328,47

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.137,18	2.717,57
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.137,18	2.717,57
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	5.743,00	7.004,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	15.119,64	16.563,27
Outros Impostos e Taxas	114,78	123,67
Total	20.977,42	23.690,94

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020		2021	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		0,00		0,00
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		0,00		0,00
Credores por acréscimo de gastos		91.563,88		85.333,35
Outros credores		9.421,94		5.713,67
Total	0,00	100.985,82	0,00	91.047,02

17.12 Outros Passivos Financeiros

Nada a relatar.

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2021
Subsídios do Estado e outros entes públicos	466.503,53	508.072,17
Subsídios de outras entidades	12.407,51	2.128,95
Doações e heranças	14.052,00	19.336,67
Legados	0,00	0,00
Total	492.963,04	529.537,79

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2020	2021
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	11.750,49	7.302,51
Materiais	6.972,47	4.276,54
Energia e fluidos	18.804,40	14.018,82
Deslocações, estadas e transportes	170,95	18,03
Serviços diversos	18.629,21	17.355,59
Total	66.649,23	50.456,12

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Rendimentos Suplementares	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,01	0,31
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	0,00	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	8.173,57	12.086,00
Total	8.173,57	12.086,00

17.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2021
Impostos	689,28	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	6.476,90	6.417,42
Total	7.166,18	6.417,42

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	321,00	245,79
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	536,45	509,71
Total	857,45	755,50
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	857,45	755,50

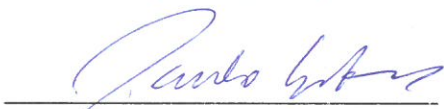
17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Furadouro, 31 de dezembro de 2021

O Contabilista Certificado



A Direcção

Vicente Jorge Duarte Rodrigues
António Guilherme Rocha Campos
Emanuel Ulisses Sousa da Silva